

Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias  
n. 60  
12 /02/ 2001

 **Sindicato Mercosul**  
**Mercosur**

edição especial



**Cumbre Sindical Mercosul**  
**2000**

**World  
Social**

**Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001**

um outro mundo é possível

**Fórum Social Mundial**

### Projeto

Coordenadora de Centrais Sindicais Cone Sul e Fundação Friedrich Ebert

Edição - Consultoria Econômica Social Integrada - CESI

✉ [cesint@uol.com.br](mailto:cesint@uol.com.br)

🌐 <http://www.sindicatomercosul.com.br/>

## NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

### O Correio Sindical Mercosul em 2001

Depois de umas férias estamos de volta, com algumas mudanças na cara do boletim mas seus com os mesmos objetivos e conteúdos editoriais. O Correio Sindical Mercosul é parte do projeto de cooperação entre a Fundação Friedrich Ebert e a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul. Não é porta voz de nenhum dos dois organismos e sim um boletim de notícias selecionadas sobre o Mercosul e seus impactos sobre o mundo do trabalho, seja pelo efeitos dos próprios compromissos assumidos pelos Estados, seja pela ação integrada que as empresas desenvolvem na região. Da mesma forma o Correio Sindical Mercosul informa e divulga “como” os movimentos de trabalhadores vêm enfrentando o difícil quadro que vive o Cone Sul, seja através de notícias de ações nacionais, seja através de ações ao nível regional e continental.

Porém neste novo ano de trabalho dar um passo a frente. A imprensa de nossos países, com raras exceções, divulga pouco o que fazem e como se organizam os sindicatos e, em geral, dá um tratamento tendencioso às lutas sindicais. Nós temos procurado ampliar as informações vasculhando as paginas em Internet dos sindicatos, agencias de notícias e boletins sindicais, etc., mas isso tem sido insuficiente. Para realmente podermos melhorar o nível de informações sobre o mundo real da vida sindical é preciso contar com a colaboração dos e das sindicalistas que no dia a dia protagonizam esse processo e acreditam que para enfrentar a transnacionalização do capital é preciso construir e consolidar uma ação sindical realmente internacional. É preciso reconstruir o conceito da solidariedade internacional e agir unitariamente e construir uma aliança política e social no continente latino-americano, principalmente em nosso cone sul, para enfrentar os efeitos de uma “agenda global” sobre a qual a sociedade não foi consultada e intervir de forma menos desigual nos “fóruns multilaterais” para a qual o segmento mais interessado, a classe trabalhadora, não é convidada.

Com isso não queremos de forma alguma isentar nossos governos nacionais desse processo. As regras mundiais estão sendo impostas pelos organismos financeiros e governos dos países mais ricos e industrializados, onde estão sediadas a quase totalidade das empresas transnacionais. Porém, na gestão da economia e da política sempre existem opções e escolhas e nossos governos, assim como boa parte das classes dominantes locais, têm feito a escolha da submissão e aceitado o papel do sócio-menor exportador de produtos primários, como o argumento de ser esta a única forma de sobreviver. Mas os fatos nos mostram que isso é inútil.

Um bom exemplo é o recente conflito entre Brasil e Canadá, originado na disputa entre duas grandes indústrias de ponta como a Embraer e a Bombardier. Nessa disputa, por 4 anos o governo brasileiro procurou ganhar a contenda atuando apenas no âmbito da OMC com base a regras que jamais lhe seriam favoráveis. A sentença do panel foi dura e contra o Brasil e deu o direito ao governo canadense de promover uma retaliação comercial de grandes proporções. Porque perdeu o Brasil se as duas empresas comprovadamente são subsidiadas (além de contribuintes das campanhas eleitorais dos atuais governos)? Talvez porque a disputa não envolvia bananas como no caso do conflito União Européia e EUA, mas sim um bem durável de altíssimo valor agregado e desenvolvimento tecnológico de ponta e, pelas regras aprovadas pela OMC, os países periféricos não têm espaço para desenvolver sua própria tecnologia, ou fazer política industrial e nem se utilizar da pesquisa científica para produzir remédios a mais baixo custo pois estariam ferindo os acordos de propriedade intelectual (mesmo que seja para o combate a AIDS, como é o novo conflito que o Brasil terá que enfrentar frente a acusação do governo norte-americano junto a OMC). Ou seja, não há disputa possível num terreno minado.

Talvez nossos leitores e leitoras estarão se perguntando: o Correio Sindical Mercosul mudou e se deixou levar pelo nacionalismo ou o terceiro-mundismo? Não, em primeiro lugar porque não resolveria a questão e porque nossas elites são parte desse jogo. Como disse o jornalista

Carlos Thompson, citado por Clovis Rossi em seu artigo para a FSP de 10/02: *“acreditar que se fizermos tudo direitinho como está nos manuais dos países ricos, ganharemos ingressos para os bailes deles é, no mínimo, ingenuidade. Ou má fé”*. Em segundo lugar não somos e nem queremos ser porta-vozes de nenhuma plataforma política, mas sim defender as bandeiras que o sindicalismo do Cone Sul, ao qual estamos relacionados vem defendendo.

E por último achamos que é possível construir uma nova agenda e relação econômica e política globais. Basta ver o espetáculo que foi o Foro Social Mundial, onde os movimentos sociais, entidades, redes, homens e mulheres de todas as partes do mundo que lá estiveram demonstraram que, apesar das diferenças de interesse geográficos e corporativos que sempre existirão, o diálogo e a sintonia de um novo pensamento é possível, desde que os objetivos sejam a igualdade, a não discriminação, a distribuição das riquezas, a defesa dos direitos universais e a sobrevivência da terra.

Contaremos mais uma vez com o apoio da FFE para fazer a edição semanal do Correio Sindical Mercosul e também com o apoio de algumas organizações sindicais - Canadian Labour Congress - CLC; Canadian Auto Workers –CAW e Steel Workers do **Canadá**; Confederazione Italiana del Lavoro – CGIL e Federação Italiana de Operari Metal-Mecanici – Fiom da **Italia**; Comisiones Obreras- CCOO da **Espanha** e Cofédération Française Démocratique du Travail - CFDT da **França** - que, como já havíamos informado em nossa edição n. 55, atenderam nosso pedido de apoio solidário e fizeram uma assinatura anual para continuidade e ampliação de nosso boletim semanal e continuidade de nossa home page, o Sindicato Mercosul/Mercosur, que disponibiliza notícias diárias sobre os mesmos temas e cada vez mais estará integrada à edição do boletim eletrônico semanal.

Para finalizar queremos dizer neste novo ano nos colocamos o desafio de aproximar mais o Correio Sindical Mercosul do cotidiano sindical, receber denúncias, notas e informações das próprias entidades sindicais, movimentos sociais, redes, enfim todos os/as que acreditam que é a informação é uma arma poderosa e pode ajudar na articulação sindical. E neste primeiro exemplar do ano 2001 pensamos que seria mais interessante reproduzir uma parte dos informes da Cumbre Sindical Mercosul 2000, publicadas no Correio Sindical Mercosul n. 59 que saiu no dia 18 de dezembro (ou seja um período em que muitos já estavam em férias) e notas e documentos do Foro Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre na última semana de janeiro, que sem dúvida é um marco na trajetória que todos estamos envolvidos.

Além disso incluímos algumas notas sobre o Mercosul e a Alça, já que esse tem será o foco principal dos próximos dois meses.

### ***Coordenadora de edição do Correio Sindical Mercosul***

## **Cumbre Sindical do Mercosul**

*(reprodução de algumas das notas publicadas no Correio Sindical Mercosul n. 59 de 20/12/2000)*

### **Por emprego, salário e proteção social**

#### **Florianópolis 13 - 14 de dezembro de 2000**

Cerca de 600 dirigentes de federações e sindicatos e as maiores centrais sindicais do Cone Sul ( CUT, FS e CGT do Brasil; CGT e CTA da Argentina; CUT do Chile; CUT do Paraguai e PIT/CNT do Uruguai) participaram da Cumbre Sindical Mercosul 2000 (o primeiro encontro sindical do Mercosul foi em 1999 em Montevideo) nos dias 13 e 14 de dezembro, em Florianópolis, período em que se realizaram as reuniões do Foro Consultivo Econômico Social (FCES, nos dias 11 e 12) e dos principais organismos do Mercosul - o Grupo do Mercado Comum- GMC, a Comissão do Mercado Comum- CMC e os Presidentes da República.

Foram 422 os/as sindicalistas que assinaram as listas de presença dos 26 grupos de trabalho que reuniram diferentes setores profissionais e as Comissões temáticas – a de Mulheres e a de Erradicação do Trabalho Infantil, que são permanentes, assim como a de Saúde Segurança. A outra centena e meia de sindicalistas se integrou na plenária do dia 14.

Além dos sindicalistas do Mercosul assistiram a Cumbre cerca de 30 sindicalistas de outros países (AFL-CIO dos EUA, CLC do Canadá, Comisiones Obreras da Espanha e CGIL da Itália) e organismos sindicais internacionais como os Secretariados Profissionais como a UNI (bancários, telecomunicações, gráficos, comerciários e outros), FITIM (metalúrgicos), FITCM (construção); ISP (funcionalismo Público) e a Organização Interamericana de Trabalhadores-ORIT, representante da CIOSL nas Américas, representado pelo seu Secretário Geral, o panamenho Luiz Anderson. Outros convidados presentes foram representantes regionais da Fundação Friedrich Ebert e da OIT.

### Brasil: cumbre sindical con críticas a la situación social

Con representantes de las centrales argentinas, la cumbre sindical del Mercosur que sesionó en Florianópolis reclamó ayer a los gobiernos de la región un cambio de las políticas económicas. Lo hizo al rechazar **"las recetas del FMI y el Tesoro norteamericano"** y exigir una reparación social por las consecuencias negativas de la globalización.

Así, se exigió que se hagan plebiscitos antes de adherir al tratado económico que pondrá en marcha el ALCA. En el documento final del encuentro —paralelo a la cumbre de presidentes del Mercosur, más Bolivia y Chile— se pidió darle prioridad a "políticas de desarrollo integradas en los campos productivo, fiscal y social".

El sindicalismo también se pronunció a favor de "implementar y acelerar las negociaciones para la formación de un bloque económico y social en América latina". Si bien no estuvieron las figuras de la CGT oficial ni de la disidente de Hugo Moyano, participaron representantes de ambas centrales. En cambio, por la alternativa CTA estuvo su jefe, Víctor De Gennaro, a quien acompañaron los docentes Marta Maffei y Hugo Yasky, el estatal Juan González y el aeronáutico Ariel Basteiro.

Acompañados por dirigentes europeos invitados, los sindicalistas del Mercosur —que debatieron durante dos jornadas— se pusieron como meta "intensificar los contactos con el sindicalismo de otros países".

Otro de los temas importantes de la cumbre fue la **mención especial a la Argentina**, en virtud de la convocatoria a las movilizaciones del 2 y 3 de abril, en Buenos Aires y en Quebec, "para rechazar este modelo de relación comercial que nos quieren imponer a través del ALCA".

En tanto, la cumbre repudió la "feroz represión" a militantes del Movimiento Sin Tierra de Brasil y expresó su preocupación por la situación legal que atraviesan en la Argentina los detenidos por el copamiento del cuartel de La Tablada.

El documento en cuestión consigna una fuerte crítica a "la cárcel que sufren los representantes de los jubilados, compañero Raul Castells, y el dirigente de los desocupados Emilio Alí. A todo esto se suma "el incumplimiento de expresas directivas de la CIDH de la OEA, respecto a los presos de La Tablada en la Argentina". (@Clarín) 15/12/2000

### Mercosul: Sindicalistas entregam resoluções a Botafogo

Termina hoje a segunda Cúpula Sindical do Mercosul (Cumbre Sindical 2000), encontro que reúne 700 dirigentes sindicais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile em Florianópolis. Às 13h30, o grupo entrega documento ao embaixador especial para o Mercosul, José Botafogo Gonçalves.

O documento tem como objetivo abrir o diálogo com os governos do Mercosul para a adoção de medidas visando a promoção de emprego, elevação dos salários e promoção social.

Além disso, os sindicalistas frisaram a importância de serem firmados acordos supranacionais. Também foram destacados, o trabalho da Comissão Sócio-Laboral, órgão tripartite que regulamenta o cumprimento da Declaração Sócio-Laboral aprovada no final de 98. Esta comissão, em 2001, examinará os primeiros quatro informes nacionais, um de cada país membro do bloco, sobre o cumprimento dos princípios e direitos trabalhistas.

Além disso, os dirigentes sindicais do Mercosul consideram que, da forma como está sendo praticada, a adesão à Alca pode ser prejudicial aos trabalhadores latino-americanos. Os sindicalistas acreditam que os países do Cone Sul ainda não têm condições de enfrentar a organização, uma vez que não conseguiram nem concretizar o Mercosul.

A seguir, Botafogo resumiu as medidas em discussão na reunião dos governantes. Primeiro citou a organização de um esquema conjunto de promoção das exportações, já que a criação de saldos comerciais é considerada "a única saída para cobrir os déficits em conta corrente e diminuir a dependência de capitais externos". Nesse momento, fez um comentário para a arquibancada: "Como sabemos, as motivações do capital nada têm a ver com o que normalmente entendemos por desenvolvimento e justiça social".

Depois, falou da criação de mecanismos institucionais para tratar de infra-estrutura, energia e compatibilização de medidas sociais, envolvendo diretamente prefeituras municipais. "Isso prova que estamos chegando ao nível dos cidadãos afetados pela dinâmica da economia", argumentou. Disse que prosseguem as negociações para um acordo comercial com a União Européia e mencionou a assinatura de uma declaração conjunta com a Associação Européia de Livre Comércio ("A Europa não é só a União Européia", lembrou). Afirmou que o documento do Mercosul com a África do Sul, a ser assinado hoje, é o primeiro passo para um acordo comercial com o país africano, prometeu para março, a efetiva retomada das negociações do Mercosul com os países da Comunidade Andina e avisou que os bancos centrais dos países do bloco estão combinando a adoção de medidas comuns contra a lavagem de dinheiro. Citou, ainda, a assinatura pelos presidentes de uma declaração sobre a importância dos direitos do consumidor.

Sobre a Alca, Botafogo disse que a mudança do calendário Alca não se justifica, lembrando que a manutenção do ano 2005 para o início do acordo "pressupõe o término de negociações no final de 2004". Afirmou que os países do Mercosul estão decididos a negociar em bloco e manifestou a esperança de que a nova administração norte-americana seja menos protecionista que a atual. (*Gazeta Mercantil/WebNews e Panorama Brasil 15/12/2000*)

#### **Em anexo enviamos os principais documentos da Cumbre Sindical**

**Documentos:** [A carta entregue ao GMC.](#)

**Texto de subsídio da CCSCS - [Uma avaliação do Mercosul e propostas de ação](#) (português e castelhano)**

**Declaração final - [Por um Mercosul com emprego, salários e proteção social](#) (português e castelhano)**

**[Informe de la Comision de Mujeres de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur a la Cumbre Sindical.](#) (castelhano)**

**[Declaración de la Comisión por la Erradicación del Trabajo Infantil de la CCSCS](#) (castelhano)**

Para obter os documentos aprovados pelas reuniões setoriais peça às centrais sindicais da CCSCS, ou à Secretaria Técnica da CCSCS ([stecnica@mercosur-comisec.gub.uy](mailto:stecnica@mercosur-comisec.gub.uy)) ou à nossa página [www.sindicatomercosul.com.br](http://www.sindicatomercosul.com.br), onde poderá ler mais informes sobre a Cumbre

#### **Secretaria Geral da CCSCS está a cargo do PIT-CNT**

Durante o Foro Social Mundial a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul realizou uma reunião plenária para debater suas prioridades de ação no primeiro trimestre, principalmente as mobilizações sobre a ALCA de abril em Buenos Aires e Quebec e sua forma de funcionamento no ano que se inicia.

Além disso, nessa reunião foi feita a transferência da Secretaria Geral da CCSCS para o

Uruguay. Até essa data o cargo estava sob a responsabilidade da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, através do companheiro Valdir Vicente de Barros, agora o PIT CNT terá essa responsabilidade e quem exercerá o cargo será o companheiro Eduardo (Lalo) Fernandes, Secretario Geral da Asociación de Empleados Bancários de Uruguay – AEBU e Secretario de Relações Internacionais da central uruguaya. O mandato da Secretaria Geral é de um ano, mas pode ser prorrogável por acordo das centrais, o que já ocorreu anteriormente.

A Secretaria Técnica da CCSCS por definição de seu regimento também está no Uruguay e tem sido conduzida pelo companheiro Álvaro Padrón. (*Correio Sindical Mercosul*)

### Saudação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul ao Foro Social Mundial

As centrais sindicais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguay e Uruguay, que integram a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS, querem através dessa saudação registrar sua presença no Foro Social Mundial e, principalmente, expressar sua visão desse impressionante encontro da sociedade mundial.

Estamos convencidos que o Foro Social Mundial estabeleceu um marco social e político histórico na luta contra a exploração humana, que hoje se expressa através da chamada “globalização dos mercados” e, desta forma, é um instrumento que reforça nossa luta diária em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras de nossa região.

É histórico porque possibilitou o debate, intercâmbio e articulação das distintas formas que estão sendo utilizadas nas diferentes partes do mundo para resistir à exclusão social. Aqui se apresentaram testemunhos e experiências protagonizadas por organizações e redes de trabalhadores e trabalhadoras - “com ou sem emprego”, de mulheres, de rurais - “com ou sem terra”, de indígenas, de jovens, de grupos marginalizados socialmente, de grupos raciais, ambientalistas, direitos humanos, enfim, o retrato da cidadania mundial. Aqui se apresentaram várias experiências e opiniões de diferentes partidos políticos e administrações nacionais e locais, que nos reforçam ainda mais a convicção do papel social que o Estado tem que assumir. Enfim, um espaço plural e amplo que nos ofereceu a possibilidade de estabelecer uma articulação entre os sindicatos e as organizações sociais que, assim como nós, assumem como sua prioridade a luta pela dignidade do ser humano.

Saímos daqui reforçados e certos que essa articulação deve continuar e se aprofundar para enfrentar o enorme desafio que está colocado para nós do continente americano, em não permitir que imponham a nossa sociedade um acordo comercial como o da ALCA. Por isso, a CCSCS, que representa de mais de 25 milhões de trabalhadores do Cone Sul, quer convidar a todas organizações e delegações aqui presentes a somarem-se à mobilização que se realizará em Buenos Aires, nos primeiros dias de abril, contra esse processo da ALCA e em defesa de empregos dignos para todos; salários justos, terra para quem nela trabalha; igualdade e não discriminação de gênero, raça ou credo; o respeito e reconhecimento de todas as identidades culturais aos direitos humanos, o fim da impunidade e defesa da democracia em todos nossos países. Enfim pela plena cidadania

Finalmente queremos registrar nossa expectativa e apoio à realização do segundo Foro Social Mundial em 2002, esperando que esta cidade assuma novamente a tarefa de ser um porto da alegria, da cidadania e da esperança.

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2001

**Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul**

**Fórum Social Mundial**

Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001

Relatar o que foi o Foro Social Mundial de Porto Alegre através das centenas de notícias de imprensa seria uma tarefa que extrapolaria esse boletim e não refletiria a riqueza desse encontro, que estabeleceu um marco de otimismo nesse início de milênio a todos os que trabalham e sonham com um mundo melhor.

Frente ao mundo de notas (muitas delas foram colocadas diariamente na nossa página de internet – [www.sindicatomercosul.com.br](http://www.sindicatomercosul.com.br) ) decidimos reproduzir o artigo de Miguel Rossetto, atual vice-governador do Rio Grande do Sul, mas que antes disso foi sindicalista e como representante da direção da CUT integrou por mais de dois anos a coordenadora de centrais Sindicais do Cone Sul, tendo desempenhado importante papel na construção da estratégia dos sindicatos no Mercosul.

## Democracia e solidariedade

### **Miguel Rossetto**

O Fórum Social Mundial reuniu em Porto Alegre mais de 4 mil delegados de 117 países. Dezesesseis mil pessoas participaram do evento; 184 convidados internacionais estiveram aqui apresentando suas opiniões. Todos puderam se manifestar, ninguém foi tolhido, ninguém censurado. A imprensa de todo o mundo registrou o caráter pacífico e democrático do encontro de Porto Alegre em contrapartida ao ambiente militarmente cercado e excludente de Davos. Mas tudo isto não é suficiente para os conservadores de plantão.

Eles atacam o Fórum Social Mundial como quem ataca um inimigo. Não defendem o modelo que está aí, construído com a sua colaboração, mas se lançam furiosos contra quem defende a distribuição das riquezas, o fim dos paraísos fiscais e da especulação financeira. Mostram-se intransigentes contra os que lutam pela plena democracia, a participação popular e os direitos humanos. Quando parte desta elite se manifesta e traz à luz a estreiteza dos seus argumentos, é que começamos a entender por que fomos o último país da América Latina a abolir a escravidão e a proclamar a República.

O Fórum Social Mundial, que a capital do Rio Grande do Sul teve a honra de sediar na alvorada do século 21, obteve uma repercussão extraordinária, pela sua generosa amplitude e também pela sua virtuosa capacidade de aglutinação de representações que extrapolaram o sistema de representação clássico dos partidos políticos e dos governos constitucionais.

A participação de ONGs, movimentos sociais, centrais sindicais, intelectuais, artistas, das comunidades indígenas e da juventude consolidaram o encontro de Porto Alegre como uma referência para as lutas que os povos do mundo inteiro estarão travando, concatenadamente, na próxima conjuntura contra o neoliberalismo.

O fato de haver acontecido no mesmo período da tradicional articulação das grandes empresas transnacionais em Davos contribuiu, com certeza, para que a orientação política e ideológica do Fórum Social Mundial ganhasse ainda mais força e visibilidade. A polarização foi esclarecedora dos valores hegemônicos lá e cá.

O combate à barbárie da exclusão social passa pelo aprofundamento da dimensão social e participativa da democracia

Hoje, todos reconhecem que um novo mundo é possível e que o combate à barbárie da exclusão social passa pelo aprofundamento da dimensão social e participativa da democracia. A principal conquista obtida nesse confronto de visões sobre a sociedade e o Estado está, portanto, na elevação do nível de consciência da humanidade em relação às causas dos problemas que põem em risco a própria noção de civilização, em nosso tempo. A alternativa de mundialização da solidariedade deixou de ser uma utopia distante.

Três propostas apresentadas no Fórum seriam mais do que suficientes para acabar com a fome no mundo.

São elas a adoção da Taxa Tobin (sobre a especulação financeira), o perdão das dívidas dos países pobres e o fim dos paraísos fiscais. Só isso justificaria o encontro de Porto Alegre, a não ser que a erradicação da fome no mundo tenha deixado de ser um valor humano primordial a ser perseguido com absoluta prioridade.

Em 2002 estaremos de novo reunidos aqui em Porto Alegre e até lá, em todos os cantos do mundo, continuaremos lutando por distribuição de renda, justiça social, terra e democracia.

Na verdade, já não somos os mesmos de antes; estamos mais confiantes e organizados; carregamos mais esperança e mais conhecimento. Sabemos onde queremos chegar e estamos dispostos a fazer a caminhada inteira. (©Zero Hora, )

Mais informações sobre o FSM podem ser obtidas em <http://www.forumsocialmundial.org.br/> , assim como os diversos documentos apresentados no encontro.

Em anexo enviamos a declaração [Porto Alegre convoca para as mobilizações](#) assinada por mais de uma centena de entidades sindicais e sociais (em português, castelhano e inglês )

**MERCOSUL**

**ALCA**

### Chile y Argentina impulsan alianza social dentro del MERCOSUR

El pasado 19 de enero, Chile y Argentina firmaron un acuerdo de cooperación para la generación de empleos, en el marco del proceso de integración que sostienen ambos países y en el día 28/01 suscribieron una alianza estratégica para legitimar políticamente el aspecto social en el interior del Mercosur y adoptar programas comunes para enfrentar el desempleo que afecta a ambos países. "En el Mercosur, el aspecto social se ha descuidado y, por eso es muy importante la alianza que suscribimos con Chile para legitimar su importancia dentro del bloque", destacó la ministra argentina de Desarrollo Social y Medioambiente, Graciela Fernández Meijide.

Tras reunirse con la ministra chilena de Planificación, Alejandra Krauss, Fernández Meijide señaló que es fundamental que ambos países adopten políticas comunes para enfrentar materias como el desempleo y la pobreza juvenil. Asimismo, comentó que es vital fortalecer el aspecto social del MERCOSUR (integrado por Brasil, Argentina, Uruguay, Paraguay, y Chile y Bolivia como asociados), porque así podrán coordinarse políticas comunes entre los miembros del bloque subregional.

Por su parte, la ministra chilena de Planificación, Alejandra Krauss, manifestó que las autoridades de ambos países están trabajando activamente en la construcción de indicadores socioeconómicos a nivel del Mercosur. Sólo de esta forma, dijo, se podrán detectar las brechas de desarrollo social entre los países miembros y asociados al bloque, con el fin adoptar medidas comunes para que se reduzcan los desequilibrios sociales a nivel subregional.

"Ese tipo de acuerdos son los que Chile y Argentina quieren impulsar al interior del resto de los países que participan en el Mercosur", explicó la ministra de Chile y anunció que la próxima reunión de los ministros del Mercosur, que se celebrará en marzo en Asunción (Paraguay), va a ser fundamental para avanzar en el fortalecimiento de una agenda común por país. *(El País/Uruguay,29/01/01)*

### Lafer dá início às visitas ao Mercosul

Com orientação clara do presidente Fernando Henrique Cardoso de tratar o Mercosul como prioridade máxima na agenda da política externa brasileira, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, marcou sua primeira viagem internacional para as capitais dos três parceiros do Brasil. A visita a Buenos Aires, Montevideu e Assunção ocorrerá entre os dias 11 e 13 de fevereiro.

De acordo com nota divulgada ontem pelo Itamaraty, Lafer pretende "reforçar a prioridade que o Brasil atribui a seus vizinhos e sócios no Mercosul, às vésperas do décimo aniversário do Tratado de Assunção". O documento marcou o nascimento do bloco e seu objetivo de construir um mercado comum na região. Embora seja o primeiro contato do novo chanceler com seus pares do Mercosul, Lafer deverá tratar de temas agudos, como a posição do bloco nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da reunião de cúpula das Américas, que ocorrerão em abril.

Vinculada a essa mesma discussão, Lafer deverá propor a aceleração das negociações pendentes dentro do bloco -a inclusão do açúcar ao livre comércio e os acordos de temas como serviços, investimentos, compras governamentais e circulação de pessoas. No Itamaraty, a conclusão desses acordos é vista como a única forma do Mercosul atingir um grau mais profundo de integração que o da Alca e, assim, garantir sua sobrevivência. *(Valor Econômico,31/01/01)*

### Mercosul terá primeiro IPC unificado em junho

Economistas de institutos de estatística da Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Chile e Brasil trabalharam um bom tempo em tarefas incomuns, nos últimos dois anos. Uma delas foi a de comparar desenhos de bois para definir os correspondentes ao filé mignon, ao acém, ao contrafilé e aos outros cortes brasileiros de carne bovina, nos demais países do continente. Nesse caso específico, a solução só foi encontrada depois da consulta a especialistas de cada uma das nações envolvidas.

O esforço para criar um critério unificado de avaliação dos preços da carne, válido para os seis países, é apenas um dos exemplos dos problemas que apareceram, quando se iniciou o trabalho de harmonização de informações - passo fundamental para a concretização do Mercado Comum do Sul. O processo para estabelecer padrões técnicos unificados está em andamento há dois anos. (Gazeta Mercantil, 31/01/01)

### Crescimento do comércio no Mercosul em 2000

Dados recém-divulgados indicam que a corrente de comércio (exportações e importações) do Brasil com os seus parceiros do Mercosul somou US\$ 15,52 bilhões no ano passado, o que indica uma vigorosa recuperação. Esse volume não é o recorde, que foi obtido em 1997, quando o intercâmbio do Brasil com o bloco chegou a US\$ 18,56 bilhões, mas representa grande virada com relação a 1999, quando o total das exportações e importações do Brasil no âmbito do Mercosul caiu 26,28% com relação ao ano anterior, não passando de US\$ 13,49 bilhões. Em 2000, a taxa foi positiva: aumento de 15% e só há motivos para crer que a tendência se firmará em 2001 e nos anos subsequentes.

Um dado significativo: as importações brasileiras de países do bloco em 2000 aumentaram 16% no ano passado, ou seja, superaram a taxa de crescimento das importações globais do Brasil, que foi de 13,35%. Considerando que o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil pode vir a ter um incremento de 4,5 a 5% neste ano, não será surpresa se sua corrente de comércio com os países do Mercosul possa vir a ter um aumento de 20%. Neste caso, o valor total ultrapassará a marca recorde de 1997.

Esses números demonstram cabalmente que o Mercosul não está estagnado e permitem concluir que o choque da desvalorização cambial no Brasil em janeiro de 1999 já foi praticamente superado. Como temos assinalado, a mudança do regime cambial brasileiro causou um trauma entre seus parceiros, principalmente na Argentina. (Gazeta Mercantil Latino Americana, 29/01/01)

### Abril duas mobilizações contra a ALCA

A primeira será nos dias 6 e 7 de abril, em Buenos Aires, durante a reunião preparatória dos ministros de Estado. "Queremos fazer a Seattle do Sul", disse um dos organizadores das mobilizações, Victor Baez Mosquera, que é membro da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit) e um dos coordenadores da Aliança Social Continental, que reúne dezenas de organizações, movimentos e sindicatos, também está convocando ativistas no Fórum Social Mundial.

Segundo o secretário de Relações Exteriores da CUT, Kjeld Jakobsen, a mobilização de Buenos Aires será convocada pela Aliança Social Continental e pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul e a organização ficará a cargo de um comitê que está sendo criado pela CGT, pelo grupo do MTA (Moyano) e a CTA e a expectativa reunir 150 mil pessoas numa marcha pelas ruas da capital Argentina. Além de latino-americanos, Mosquera espera ter adesões de ativistas do Canadá e dos Estados Unidos, no ato contra a Alca.

O segundo mega-protesto está sendo preparado para a próxima Conferência das Américas, de 20 a 22 de abril, em Quebec (Canadá), que reunirá os chefes de Estado do continente para discutir a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Movimentos sociais e ONGs aproveitaram o Fórum Social Mundial, para divulgar a realização da Conferência dos Povos das Américas, simultânea a outra conferência, que pretende reunir de 250 mil a 300 mil pessoas na marcha de protesto no dia 21 de abril.

A canadense Monique Simard, uma das coordenadoras da conferência alternativa, alertou sobre as inúmeras dificuldades que estão sendo postas pelas autoridades de Quebec, para a

realização do evento. "As condições de organização são extremamente difíceis", disse, já que as condições climáticas, de um final de inverno rigoroso, atrapalharam ainda mais os manifestantes.

O principal objetivo dos ativistas será tentar impedir a abertura da conferência, com a construção de uma muralha humana" em torno dos pontos de acesso ao local da conferência oficial. "Será uma resposta da sociedade", disse Monique, ponderando que todos os níveis de governo canadense são favoráveis à Alca, o que faz com que a mobilização das ONGs e movimentos seja essencial.

Para os organizadores da segunda edição da Conferência dos Povos das Américas (a primeira foi em em Santiago do Chile, em 1998), há duas frentes de ação. Eles querem "resistir" à Alca, mas também interferir no processo, explicou ontem Fátima Mello, integrante da ONG Rebrip (Representação Brasileira para a Integração dos Povos).

As ONGs que organizam a Conferência dos Povos criticaram a estrutura destinada à participação da sociedade civil na Alca. O comitê que representa esta esfera nas negociações é "uma caixa de sugestões", descreveu Mosquera. "Não sabemos nem se o gerente lê as sugestões", criticou. (*Estado de São Paulo, 30/01/01 e Correio Sindical Mercosul*)

### **Reunião da CNC-Alça não chega a acordo**

A reunião da Comissão de Negociações Comerciais (CNC), da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), realizada em Lima, Peru, na semana passada, evidenciou o grau de dificuldade que haverá daqui para a frente no processo negociador entre os 34 países do hemisfério envolvidos na iniciativa. E ficaram ainda mais claras as divergências entre o Brasil e os Estados Unidos.

Os ânimos ficaram acirrados no último dia da reunião, quando se tratou das regras antidumping, pois os Estados Unidos queriam discutir o tema, desde que não fosse colocado em questão o sistema norte-americano. Esse sistema é utilizado, na opinião do governo brasileiro, como uma das principais barreiras à abertura daquele mercado.

Naturalmente, o Brasil, seus parceiros do Mercosul e até mesmo o Chile não aceitaram a proposta. Isso porque é da própria natureza do processo negociador tratar os temas sem vetos, de acordo com o embaixador José Alfredo Graça Lima, chefe da delegação brasileira.

Além disso houve também divergência com a posição norte-americana de inclusão dos direitos trabalhistas e ambientais no relatório do Comitê, que servirá como copião para a declaração dos ministros.

Mas o ponto mais polêmico na reunião em Lima foi a proposta do Chile de iniciar o processo de redução tarifária em 2005, terminando-se as negociações em 2003. O documento chileno troca as expressões 'concluir negociações em 2005', como foi previsto na Cúpula de Miami, por 'entrar em vigor em 1º de janeiro do ano 2005'. O motivo para antecipar o cronograma não ficou claro para negociadores do Mercosul, que defendem o prazo original.

O Brasil discorda da proposta, pois considera que fixar data para a Alca entrar em vigor engessa o processo e pode prejudicar os acordos temáticos. Para a delegação brasileira, o estabelecimento de um limite temporal para as negociações da Alça – 2003 - faz com que a data para o início das negociações, para valer, dos nove grupos seja fixada pelos ministros para meados de 2002.

O presidente pro tempore do Comitê de Negociações Comerciais da Alca, Horacio Chighizola, que comandou, na semana passada, a sétima reunião do Comitê, em Lima, disse que 'se há condições de competitividade e liberdade de comércio, a data de funcionamento da Alca pode ser antecipada. Se não estão dadas essas condições, a discussão da data passa para segundo plano'. A delegação argentina entende que, tecnicamente, é possível antecipar a Alca, ou seja, concluir a etapa de negociações antes de 2005, e é favorável a qualquer proposta do tipo desde que sejam eliminadas as barreiras comerciais, principalmente por parte dos países desenvolvidos, que limitam a entrada em seus mercados de produtos agrícolas elaborados nas nações em desenvolvimento (exemplos das principais práticas restritivas ao livre trânsito de mercadorias: subsídios à produção rural, cotas e outras modalidades de barreiras comerciais). (*Valor Econômico, 29/01/01, Gazeta Mercantil Latino Americana, 29/01/01*)

## Chile recua e já não propõe antecipar Alca

O governo do Chile não vai mais propor a antecipação para 2003 do fim das negociações para criação da Alca. A informação foi dada ontem (09/02) pelo chanceler interino do Chile, Heraldo Muñoz, ex-embaixador em Brasília: "Não estamos amarrados a uma data específica. Ela terá de ser compatível com a posição dos sócios do Mercosul, em particular a do Brasil, cuja posição não só é legítima como pesa muito para nós".

No fim do ano passado, o governo chileno havia sugerido informalmente o seguinte cronograma para a Alca: fim das negociações em 2003, para que o ano de 2004 ficasse reservado para a ratificação dos acordos pelos Parlamentos nacionais, permitindo o início de vigência da área de livre comércio em 2005.

A tese chilena foi rapidamente endossada por Charlene Barshefsky, então chefe da USTR, o departamento que cuida do comércio internacional dos EUA. O governo argentino, com menos veemência, também acenou com a aceitação da idéia chilena.

Se o chanceler chileno diz, agora, que seu país é "flexível" em relação à datas, haverá certamente menos pressão sobre o Brasil para que aceite antecipar o cronograma. A rigor, não há mais proposta alguma de novos prazos, pois Charlene Barshefsky deixou o cargo com a saída de Bill Clinton e o novo governo republicano ainda não se manifestou a respeito. O grande momento para discutir datas será em abril, durante a Cúpula das Américas, em Quebec. Heraldo Muñoz, como é natural, não classifica como recuo a nova posição chilena. Diz que, "mais que datas, o que interessa é a dinamização do livre comércio e uma relação hemisférica o mais dinâmica possível".

Por isso, completa, "se alguém perguntar quando o Chile gostaria de ver a Alca implementada, a resposta seria o mais rápido possível. Mas não podemos ser insensíveis à posição do Brasil. Essa é a disposição política do Chile e do presidente Ricardo Lagos". (FSP, 10/02/2001)

## Ministro norte-americano reconhece que "fast-track" vai demorar

Indicado para o cargo de titular do USTR, o ministério do governo americano encarregado de negociar acordos comerciais com outros países, o economista Robert Zoellick admitiu ontem, na sabatina a que foi submetido no Congresso norte americano, que o presidente George W. Bush não deverá obter autorização do Congresso, antes de abril, para negociar a criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

Numa mudança no tom do discurso feito durante a campanha eleitoral, Zoellick disse também que o novo governo vai se sentar à mesa com sindicatos e ambientalistas americanos para negociar padrões trabalhistas e ambientais a serem adotados nos futuros acordos comerciais dos EUA.

Durante a sabatina, vários senadores democratas avisaram a Zoellick que o "fast-track", se for aprovado, é algo que ainda vai levar tempo. O senador Max Baucus, por exemplo, advertiu que, se o governo insistir em negligenciar a inclusão de cláusulas ambientais e trabalhistas, o "fast-track" não será aprovado.

A ausência do "fast-track" foi justamente uma das maiores derrotas legislativas do ex-presidente Bill Clinton. Zoellick alertou que, sem essa autoridade, os EUA perderão espaço na negociação de acordos de livre comércio para outras nações. "Isto seria uma enorme oportunidade perdida, aliás, um erro histórico", afirmou.

Apesar das dificuldades que já presenciou em sua sabatina, Zoellick procurou ser cuidadoso com as palavras, mas reafirmou que a criação da Alca é umas das prioridades do governo. Além de ter dito que negociará com ambientalistas e trabalhadores, ele afirmou que protegerá as empresas americanas de "práticas de comércio injustas". (Valor Econômico, 31/01/01)

